



INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO CLC 295/2025

CONTRATADA: 62.090.127 Gisiela Klein, inscrita no CNPJ sob o nº 62.090.127/0001-04.

VALOR: R\$ 15.699,84 (quinze mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).

OBJETO: Contratação da Jornalista Gisiela Klein, para apoiar a produção de materiais instrucionais no âmbito do *Projeto Parlamento Aberto*, que busca fortalecer a transparência, a participação social e a comunicação clara com todos os envolvidos — o público do projeto, os vereadores e os cidadãos. O trabalho será concluído com a entrega de:

- Uma cartilha, diagramada e revisada, pronta para divulgação digital, que comunique, em linguagem simples, os conhecimentos e resultados do projeto, de forma acessível a todos os públicos.
- 02 Vídeos produzidos, editados e finalizados, um vídeo teaser de 02 minutos e um vídeo de 05 minutos, que comuniquem, em linguagem simples, os conhecimentos e resultados do projeto, de forma acessível a todos os públicos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021; Atos da Mesa nº 149/2020, 195/2020, 487/2017 e 257/2024 e eventuais alterações; Parecer da Procuradoria Jurídica nº 1120/2025 (2046174) e autorização da Diretoria-Geral por meio do Despacho (2029332) nos autos do processo que tramita no SEI sob o nº 25.0.000046302-0.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Subação 001155 – Modernização e manutenção da Escola do Legislativo; e Natureza da Despesa 33.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, conforme se extrai do documento de Pré-Empenho (2042199).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato decorrente desta Inexigibilidade terá vigência de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

JUSTIFICATIVA: A presente contratação está enquadrada na hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pelos seguintes fundamentos:

1. Trata-se de serviço de natureza intelectual, técnica e autoral, conforme previsto no projeto apresentado;
2. A contratação recai sobre profissional de notória especialização, conforme demonstram os seguintes documentos constantes do processo:

- Projeto técnico (2011335);
- Documentação profissional (1967734, 1967735, 1967736 e 1967738);

- Nota Técnica nº 65/2025, emitida pelo Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento - NPPC.

A elaboração dos materiais seguirá as diretrizes de Linguagem Simples, garantindo que as informações sejam acessíveis, compreensíveis e de fácil uso. A natureza do trabalho permanece estritamente educativa e metodológica.

No que tange aos honorários, estes foram fixados com base no Anexo Único do Ato da Mesa nº 487/2017, com suas alterações posteriores, observando-se as atividades que serão desenvolvidas, que são: Diagramação de texto (16 páginas), Revisão de Texto (120 laudas), Edição e Finalização de Audiovisual, com Inserção de Arte e Pós-Produção (4 diárias), Edição e finalização de audiovisual, com inserção de arte e pós-produção (10 diárias) e Auxílio de Pesquisa (24 horas).

Adicionalmente, conforme descrito no projeto, a contratação justifica-se pelo interesse público envolvido, uma vez que a profissional se destaca, principalmente, por ser especializada na área de comunicação, linguagem e clareza textual, comprovada por sua formação acadêmica e experiência profissional consolidada em instituições de grande relevância. É graduada em Jornalismo (Ufsc, 2001) e em Língua Portuguesa (Avantis, 2017); Mestre em Administração (Udesc, 2017) e atualmente cursa Doutorado em Ciências da Comunicação, na Universidade de Coimbra, o que evidencia sua sólida formação multidisciplinar, integrando competências de comunicação, comunicação estratégica, em especial, a linguagem e gestão pública. Sua trajetória profissional demonstra experiência prática diretamente relacionada ao objeto contratado. Atuou como editora na Agência de Notícias Xinhua (Pequim, China), realizando tradução e adequação cultural de conteúdos, com foco na clareza e acessibilidade da linguagem; foi gerente de Comunicação e Advocacy no Ministério Público de Contas de Santa Catarina, liderando projetos de engajamento institucional e articulação com a sociedade civil; além de ter exercido funções de assessoria de comunicação em órgãos de relevância como o Ministério Público de Santa Catarina e a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de Santa Catarina. Soma-se a isso sua experiência como editora em veículos de grande porte, como Rede Bandeirantes e Grupo RBS, onde atuou com revisão, edição e adaptação textual. Tais experiências demonstram domínio na adaptação de conteúdos complexos para públicos diversos, o que está diretamente alinhado com a proposta de implementar a linguagem simples como prática institucional no Programa Parlamento Aberto. A contratada reúne competências técnicas e acadêmicas que a qualificam de forma diferenciada para revisar e adaptar documentos legislativos e administrativos, criar guias metodológicos, capacitar equipes e monitorar resultados no contexto legislativo, atividades que exigem conhecimento específico em comunicação pública, clareza textual e metodologias participativas. O caráter único do serviço decorre da necessidade de integrar a linguagem simples às metodologias já consolidadas no Programa Parlamento Aberto, em especial no eixo formação-pesquisa-ação, o que exige não apenas domínio da técnica de simplificação da linguagem, mas também compreensão do funcionamento das instituições legislativas e da comunicação pública. A profissional possui trajetória singular que combina atuação em órgãos de controle, experiência em advocacy e sólida base acadêmica, o que a distingue de outros profissionais da área e garante que o serviço seja executado sem prejuízo da essência e dos objetivos do programa.

Autorização datada eletronicamente.

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor da Escola do Legislativo

Carlos Alberto Leal
Coordenador de Licitações e Contratos

Homologação datada eletronicamente.

Leonardo Lorenzetti
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO LEAL, Coordenador de Licitações e Contratos**, em 27/11/2025, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LORENZETTI, Diretor-Geral**, em 28/11/2025, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES, Diretor da Escola do Legislativo**, em 28/11/2025, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.alesc.sc.gov.br/verifica-assinatura> informando o código verificador **2057251** e o código CRC **6FC4EC78**.